

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NA GLOBALIZAÇÃO¹

Ana Cristina Brito ARCOVERDE*

- RESUMO: O trabalho discute como a questão social brasileira vem se revelando em contexto adverso – o da globalização. Realça a qualificação analítica exigida pela complexidade e heterogeneidade de situações que os cenários põem – e a questão social assume – e as respostas oferecidas pelo Serviço Social, ou seja: mediar necessidades e interesses heterogêneos dos excluídos da cidadania burguesa, defender e contribuir à sua organização. A ambigüidade inerente à profissão ora referenciada como trabalho assalariado, demandada por serviços pelos trabalhadores é componente de dificuldade. O conhecimento dessas múltiplas dimensões desafia a intervenção como resposta social mediada via instituições que formulam e executam políticas públicas. As expressões da questão social, em cada espaço e momento histórico, assumem determinados contornos, mas se renovam se ampliam e se tornam mais complexas, com novas contradições que remetem, em última instância, a problemáticas particulares e desafiantes para o seu enfrentamento pela via exclusiva do acesso a benefícios vinculados à inserção produtiva no mercado de trabalho. Entendemos a Questão Social como síntese reflexiva do aprofundamento das desigualdades sociais, acumuladas e manifestas nos espaços brasileiros que se expressa mais variadas formas de pobreza, miséria, desemprego e exclusão social, desigualdade de renda, pobreza absoluta, exclusão social, privações e ausência de direitos.
- PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Digital; Tecnologias da Informação; Anomalia Craniofacial; Perda Auditiva.

Introdução

Hoje estou firmemente convencida de que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado²”,

É mais que oportuno no momento em que o Serviço Social

* Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil. E-mail: ana.arcoverde@gmail.com.

¹ Texto relacionado ao Paper apresentado à Banca por ocasião do Concurso para Professora Titular do Departamento de Serviço Social (UFPE) em 2007.

² Marx, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte, p. 203. In: Textos, v. 3, Karl Marx; Friedrich Engels, São Paulo: Edições Sociais, 1977.

comemora seus 70 anos de existência empreender algumas reflexões sobre como a questão social brasileira vem se revelando em contexto adverso – o da globalização. Entendo que, no presente quadro contextual, é particularmente realçada a qualificação analítica exigida pela complexidade e heterogeneidade de situações que o cenário põe – e a questão social assume – nos primeiros anos do presente século, *vis-à-vis* as respostas oferecidas pelo Serviço Social.

De início é preciso dizer que mais do que nunca os profissionais do Serviço Social são desafiados a mediar necessidades e interesses heterogêneos dos excluídos da cidadania burguesa – a classe que vive do trabalho, nos termos de Antunes (2000), o defendem e oferecem contribuição à sua organização; são cômicos da ambigüidade inerente à profissão, ora referenciados como trabalhadores assalariados, ora demandados por serviços pelos trabalhadores; são conhecedores dessas múltiplas dimensões – objeto de intervenção em várias determinações e resposta social mediada via instituições que formulam e executam políticas públicas. Apesar do acúmulo teórico, metodológico, ético e político, sintetizado como “ethos” possível da profissão no Código de 1993, e que data do processo de renovação nos anos sessenta do século passado, se acumulam exigências cada vez mais qualificadas de leitura das dimensões da realidade, da questão social e de propostas de intervenção na realidade dos usuários dos serviços sociais.

Um dos marcos sinalizadores do processo de maturidade alcançado pelo Serviço Social contemporâneo é considerá-lo especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sócio e técnica do trabalho, e participante do processo de produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 1983); é também de entendê-lo como algo referenciado e inerente ao desenvolvimento das relações capitalistas na formação social e econômica brasileira.

Mas um longo caminho – de avanços e retrocessos, progressos e resistências – nos impele a pelos menos lembrar rápidas passagens da história recente do Serviço Social para entendê-lo e situá-lo no cenário atual.

Serviço Social – impressões da história recente

Sem desqualificar em absoluto a importância das proto-formas ou dos vinte primeiros anos da história do Serviço Social

brasileiro quando a questão social ou não era visível, ou era entendida como caso de polícia, recortamos do pós-64 algumas passagens e perspectivas históricas que transformaram a base teórica tradicional acumulada nas duas décadas precedentes via trabalhos de autores como Netto (1991, 1993, 2005), Faleiros (2005) e Yamamoto (1983, 1998), dentre tantos outros.

Do Serviço Social de base tradicional emergiu nos anos sessenta do século passado o *movimento pró-modernização*. As concepções de Serviço Social como profissão da ajuda e da caridade que vigoravam a época se adequaram às exigências do processo sócio-político e das estratégias de desenvolvimentismo no capitalismo tardio brasileiro. O serviço social como técnica social e instrumento de intervenção, deveria ser capaz de oferecer suporte às políticas e planos de desenvolvimento. Nos documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1974), por exemplo, fica explícito que o objeto do serviço social era então definido como o processo de orientação social ao homem a fim de fazê-lo “obter soluções normais para as dificuldades normais”. O estado de normalidade atribuído às dificuldades cotidianas vividas pelo homem é naturalizado, assim como restou operada a separação entre este sujeito e a orientação social como objeto da intervenção.

A modernização do Estado nacional foi tema incorporado ao debate no Serviço Social considerado – não sem resistências – como uma das técnicas sociais de intervenção dotada de potencial capaz de dinamizar e integrar o homem ao processo de desenvolvimento em curso, sem mudança da ordem vigente. No plano teórico a modernização reiterava sem questionamentos a tradição, seus valores e concepções, à medida que incorporou aportes do estrutural funcionalismo norte americano.

Apesar de postular modernização e tornar-se mais vigoroso nos seus fundamentos, o Serviço Social assumiu perfil eclético como hegemonia à qual resistiram os profissionais mais críticos: rejeitaram o movimento laico, recusaram o estatuto e a funcionalidade subalternos da profissão.

A resistência à modernização, à tradição positivista e ao pensamento crítico dialético abriu espaço para a *renovação do conservadorismo* que incorporou os conteúdos da teoria personalista do Conhecimento. Para a fenomenologia de Russel, seguida por Almeida, dentre outros, era preciso considerar o homem por inteiro, em sua totalidade do mundo da vida e, logo,

transcender a micro visão e o dualismo entre sujeito e objeto; inclusive considerar o homem global em suas inter-relações como objeto da intervenção (1978, p. 2). O exercício profissional esteve por algum tempo sob orientação personalista e fortemente voltado para a ajuda psicossocial. Atualmente, a ajuda psicossocial comparece metamorfoseada na ação social ou intervenção realizada junto aos segmentos que vivenciam situações de riscos sociais, seja sob o discurso da responsabilidade social ou do voluntariado.

Mas a crítica de Netto (1991, p. 158) à re-atualização conservadora é peremptória: “capitalizou o aparente distanciamento em face da ditadura que cercou a emergência das tendências irracionistas, e conferiu relevo às dimensões da subjetividade”.

No bojo dessa crise, uma terceira direção no processo de renovação do Serviço Social brasileiro despontou, inicialmente nos meios acadêmicos, depois se espraiando nas práticas profissionais, como proposta de ruptura com o tradicionalismo. A crítica se dirigiu aos fundamentos teóricos, metodológicos e ideologia positivista, bem como aos paradigmas reformistas e conservadores que orientavam a intervenção profissional.

A *intenção de ruptura* vem desde então e heroicamente resistindo, não somente no cenário sóciopolítico da autocracia burguesa, como aponta Netto (1991) em Ditadura e Serviço Social, mas também no contemporâneo contexto de globalização excludente, apontado igualmente por Yamamoto (1998) em Serviço Social na Contemporaneidade. A teoria crítica de Marx, como lastro da intenção de ruptura, reverbera, ganha fôlego, apesar do contexto no qual se originou, e influencia os profissionais nos vários espaços de atuação, polemizando e politizando o discurso de uma pretensa hegemonia, nos termos de Gramsci. E de fato, os fundamentos a partir dos quais o debate influencia as condições de trabalho do assistente social permitem uma maior aproximação com a classe trabalhadora, alteram o perfil do quadro técnico e universitário, provocam o envolvimento das classes médias urbanas, e ampliam o espaço de atuação nas organizações sociais mais tradicionais e nas que despontam vinculadas à realização da intervenção estatal. Avançam, ainda, negando legitimação, concepções de participação e de cidadania atreladas à intencionalidade da ditadura.

A presença da classe trabalhadora como resistência, em meio à crise de paradigmas internos ao Serviço Social, bem como a crise vivida pela autocracia burguesa, no capitalismo monopolista, abre espaço para o debate sobre democracia e liberdades democráticas, mas também para repensar os fundamentos da formação e da prática profissional. Apesar de alguns problemas de fundo, superamos o mito da neutralidade teórica e metodológica do fazer profissional nas instituições, a indefinição das áreas de atuação até então determinadas pela localização espacial dos indivíduos, grupos e comunidades, e o atribuir-se ao Serviço Social a tarefa de eliminar disfunções, problemas de adaptação social, e de condutas desviadas (NETTO, 1991, p. 278).

Apesar dos avanços, e da superação das tarefas atribuídas ao profissional acima referido, o Serviço Social recorta como objeto de atuação a ação social da classe operária que luta pela transformação da sociedade e do homem por meio da defesa de processos de conscientização, capacitação e organização social. O resgate do significado social do exercício profissional, referenciado à produção e reprodução das relações sociais na formação social da sociedade capitalista é empreendido na obra de Yamamoto (1982), na qual fica situado definitivamente o Serviço Social como espaço profissional de mediação de necessidades materiais e imateriais implicadas no e com o processo de trabalho, população e políticas sociais. Inaugura-se fase importante de amadurecimento dos fundamentos teórico-metodológicos, ético e político nas produções do Serviço Social, o que rompe definitivamente com o moralismo que encobre o social quando desnuda, com as leituras de Marx, a exploração contida na relação capital e trabalho, mas também reconhece os requerimentos de mediação e mecanismos de adequação das demandas da força de trabalho à sociedade urbana industrial. A prática profissional passa a ser compreendida como intermediação entre classes fundamentais e enquanto tal determinada em suas alternativas de ação. Nesse sentido a questão social já entendida como questão de política, demanda intervenção sistemática do regulador da relação capital e trabalho – o Estado – que o faz via políticas sociais e instituições de prestação de serviços sociais.

Mas é consenso no Serviço Social que os avanços não eliminaram o conservadorismo que permanece dentre acadêmicos e profissionais que trabalham nas organizações e que a intenção de

ruptura no contexto do capitalismo brasileiro ainda não se completou ainda mais numa conjuntura mundial de sucumbência das experiências socialistas. Esses são, dentre outros, grandes desafios a serem superados pelo Serviço Social na contemporaneidade da globalização.

Serviço Social no Cenário da globalização

Da intenção de ruptura até a atualidade o Serviço Social tem clareza de sua conexão com os direitos sociais (paradigma social da modernidade), com as determinações econômicas, sociais e político-ideológicas, com o sentido dos serviços sociais como redistribuição de parcela da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores e apropriada pelos capitalistas, das conquistas sociais, e, claro, de ser um profissional capaz de articular o acesso aos direitos sociais pelos usuários aos órgãos de prestação de serviços sociais, como consenso e coerção. Mas numa conjuntura de perda e/ ou redução de direitos como a que vivenciamos na atualidade, dificuldade adicional no se situar e construir práticas possíveis se põe. E desafios importantes se impõem no início deste século, o que Hobsbawm (1998, p. 104) e Wallerstein (2000, p. 245) tão bem enumeram: o alargamento da distância entre pobres e ricos, a emergência do racismo e da xenofobia, a desruralização, a polarização socioeconômica e demográfica, e a crise ecológica do Globo, o que nos afetará a todos; e por conseqüência desafiam a forma de lidar com eles. Demandando do profissional de Serviço Social mais consistência, inteligência e capacidade de criar respostas possíveis aos interesses da classe trabalhadora. Parece improvável que as soluções indicadas de aumentar a renda dos trabalhadores, incluir mais essa categoria, transferir atividade econômica para local com oferta de mão de obra barata, externalizar custos, pagar custos ecológicos, aumentar impostos, recuperar eqüitativamente a economia, sejam concretizadas com Estados nacionais reformados, e enfraquecidos. Ao que nos alerta, já há algum tempo, Netto (1993, p. 46) “nenhum daqueles problemas pode ser resolvido sem modalidades de controle social cuja racionalidade transcenda aquela que é inerente ao capital”... “Mediante intervenções cuja estratégia supere as requisições da lógica de acumulação e valorização sem a qual o movimento do capital é impensável”. O Serviço Social vive, encontra-se, portanto, no mesmo impasse de sempre! Impasse de mais profundidade e

extensão é verdade! Mas o que fazer? Como fazer? Quais estratégias para enfrentar tais desafios?

É certo que herdamos da re-conceituação inconclusa o espírito crítico, mais consistentes argumentos teóricos e metodológicos, e éticos e políticos, também. Além de importante compromisso com os interesses dos trabalhadores e com a qualificação profissional. E investimos mais na pesquisa, e mais recentemente, dentre os críticos mais lúcidos, ampliamos a abertura de interlocução com as ciências sociais. Contudo, teremos como nos disse Yamamoto (2000) que empreender esforços suplementares para decifrar a realidade ou perceber o contexto no qual o capitalismo tem, sem cessar, se revigorado e expandido para então podermos estabelecer as estratégias de trabalho e reconhecermos o *locus* da intervenção na realidade. Qual realidade? Qual o contexto da realidade na qual nos inserimos e realizamos o fazer profissional?

De meados da década de 1990 e até os dias atuais a sociedade brasileira vive e sofre processos de transformações econômicas e no mundo do trabalho, políticas, sociais, culturais e simbólicas em ritmo acelerado. Dentre tais transformações comparece a financeirização do capital, a internacionalização da economia ou globalização articulada com o ideário neoliberal, e o redimensionamento da divisão internacional do trabalho, como marcos importantes da expansão capitalista. As transformações referenciadas e o ritmo acelerado se faz sob um pseudo-entendimento: o de que a globalização seria a única saída e unificadora visão para dar conta das contradições que permearam por longas e curtas ondas as relações entre os Estados nacionais, e a sociabilidade humana. Mas as mudanças, de fato, não vêm significando melhores condições de vida para as sociedades territoriais, ao contrário: constituem mais uma etapa do processo de acumulação do capital com prioritários e significativos investimentos na área financeira em detrimento da social. Tanto que o saldo ou impacto concreto dos investimentos no início do século atual não seria aumento do desemprego (192 milhões de desempregados no mundo, em 2005, OIT, 2006), em escala global e nacional, e ampliação das desigualdades sociais, a nível nacional. Esses impactos expressam necessariamente um processo de globalização estruturalmente excludente. À medida que globaliza o capital, ou o processo de acumulação, globaliza e acumula no

âmbito nacional pobreza, miséria, exclusões, desigualdades sociais. Trata-se de fato de uma re-invenção da natureza mesma do capitalismo desnudada por Marx no *Capital* já no século XIX de acumulação simultânea de riqueza e pobreza. No caso brasileiro essa natureza e tendência vêm se mostrando nos indicadores de ampliação do desemprego, da pobreza e da desigualdade social.

Questão social: vínculos com pobreza, desigualdade e desemprego

Parece inconteste a vinculação do Serviço Social e logo da questão social com fenômenos como pobreza, desigualdade e desemprego; mas, também, da questão social com o Serviço Social antecedendo-o ou mesmo vinculada a ele organicamente nas dimensões: gênese, manifestações do fenômeno e enfrentamento.

A Questão Social, enquanto síntese reflexiva do aprofundamento das desigualdades sociais, acumuladas e manifestas nas mais variadas formas de pobreza, miséria, desemprego e exclusão social, não é fenômeno novo no Brasil. Desde os primeiros anos da República, para não voltarmos ao Brasil colônia, a desigualdade social se expressa nas condições de trabalho das pequenas oficinas, órgãos públicos, numa industrialização acelerada (1930-80), mas de relativamente poucos empregos, longas jornadas de trabalho, trabalho infantil e escravo, salários reais reduzidos, escassez de alimentos, acesso restrito às poucas escolas públicas primárias e técnicas, epidemias, mão de obra abundante nas cidades.

Em meados do século XIX surgem as sociedades de auxílio mútuo, voluntárias, fraternidades religiosas, santas casas de misericórdia, dentre outras, de iniciativa operária, da elite local e do Estado, todas de caráter beneficente e filantrópico para enfrentar aqueles problemas.

A interpretação da questão social como caso de polícia orientava as intervenções tanto de organizações públicas quanto das organizações da sociedade civil, marcadas pela fragmentação, imediatismo e inclinação humanista.

No final do mesmo século, a concentração de populações e as demandas sociais passam a receber atenção dos governantes, numa visão de ordenamento sócio-espacial, por meio de ações de saneamento, embelezamento e modernização das principais cidades do país. O aumento de população e demanda de serviços

nos principais centros urbanos conferia uma certa visibilidade às desigualdades sociais e colocava em risco a ordem vigente. Tanto os espaços territoriais quanto os grupos populacionais neles instalados eram considerados focos de conflitos.

De maneira geral, o combate aos problemas do cotidiano da população expropriada da riqueza socialmente produzida era travado mais no âmbito privado do que público, e fortemente centrado no assistencialismo e/ou repressão. As Santas Casas, por exemplo, eram o lócus privilegiado de depósito dos pobres e desvalidos recolhidos, prestando-se a críticas quanto ao descaso e desrespeito para com os seus usuários. Operários e pobres na velha sociedade republicana eram confundidos e recebiam o mesmo atendimento.

Mesmo na nova República os governos se mostraram inertes em relação à questão social apesar do sistema legislativo trabalhista e/ou social (implementado e operacionalizado de forma fragmentada, localizada e esparsa).

Na contemporaneidade, o rompimento com uma visão messiânica e fatalista e sua substituição por outra mais técnica e institucional de questão social tem nas políticas sociais a estratégia de administrar e atenuar as seqüelas materiais e morais do trabalho assalariado. Seja sob o capitalismo monopolista, ou ainda sob o esgotamento do padrão de acumulação flexível, a defesa da desregulamentação e redução de direitos conquistados, a desmontagem dos serviços públicos via transferência de responsabilidades na condução e execução das políticas sociais e o distanciamento da moralidade democrática vêm tornando distante a possibilidade de realização de um projeto alternativo de cidadania emancipatória dos estados de privação.

Os problemas econômicos (elevação de preços e crise da agricultura) e sociais (carências e insatisfações), acumulados no tempo, questionam e põem em xeque a capacidade de governos, partidos políticos, movimentos sociais e meios acadêmicos de explicar, diagnosticar e, sobretudo, enfrentar de maneira consistente a questão social que não se limita ao plano da mera eficiência da gestão da coisa pública, ou da crise do Estado Providência, mas que é inerente à própria crise de acumulação.

Para entender a questão social

A Questão Social como tema recorrente no meio acadêmico,

profissional, político, nas políticas sociais e na gestão pública recebe interpretações diversas, e nem sempre superadoras do viés da ajuda, da caridade, e do assistencial.

A leitura de autores inscritos ou não no Serviço Social que discutem o tema torna-se indispensável para superar a aparência do fenômeno e proporcionar a busca de sua essência, ou deixar visível as diferentes interpretações. Inclusive vem se acumulando literatura sobre a temática no Serviço Social. Dentre os profissionais que oferecem contribuição relevante no âmbito do Serviço Social, destacamos Yamamoto (2001), Netto (2000), Pereira (1999, 2005), Arcoverde (1999) e Yasbeck (2005).

Mas autores como Cerqueira Filho (1982), já na década de 1980, analisam o pensamento político brasileiro sobre a questão social, então entendida como o conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos de uma dada sociedade, e afirmam que sua emergência data do surgimento da classe operária que impôs ao mundo moderno – no curso da constituição da sociedade capitalista – um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos. Para Cerqueira Filho (1982) o conflito entre capital e trabalho assume diferentes formas e articula tendências plurais no nível societário. Como questão política, a questão social é produzida por práticas sociais e discursos contraditórios. O autor afirma, ainda, que o consenso absoluto em torno de pensamento e da prática hegemônica é ilusório tendo em vista o caráter antagônico da estrutura social e econômica. Segundo ele, a questão social torna-se visível no Brasil desde o final do século XIX, mas ainda camuflada pelo processo de industrialização, bem controlado e articulado pelos importadores e exportadores vinculados ao capital internacional. Permaneceu por várias décadas na ilegalidade e por tal razão foi pensada como desordem, incriminando o sujeito e sendo enfrentada via aparelhos repressivos do Estado. Somente no pós-1930, em meio a forças sociais pró-conservação e pró-mudança, a questão social deixa a ilegalidade, passando a ser reconhecida sob explicações liberais e/ou democratas como questão política ou de política.

De fato, a questão social desponta no cenário como expressão das contradições de um capitalismo assentado no padrão econômico de substituição de importações e industrialização periférica, que não poderia mais ser subtraída por meios legais ou pela via da repressão policial.

Deixando a ilegalidade, as intervenções públicas se dirigem às questões trabalhistas para solução das quais o Estado cria órgãos e instrumentos de controle – Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) – visando claramente desmobilizar a classe considerada portadora dos conflitos sociais. Mas, o pensamento oposto à impossibilidade de abandonar o mercado à auto-regulamentação também vai encontrar na teoria intervencionista do Estado, pela via legal, a solução. Cerqueira Filho (1982) conclui que os pensamentos convergem para uma teoria da integração social: resolver os conflitos entre capital e trabalho fora dos limites da luta de classes e efetivar a igualdade na realização do bem comum por intermédio da lei, da polícia e da justiça.

Na década de 1990 do século XX, Castel (1998), Rosanvallon (1998), Wanderley (1997), Telles (1996), Martins (1997), dentre outros, reconhecem o desafio da questão social para as sociedades contemporâneas, situando-a nos marcos da mundialização da economia e da avidez pelo lucro via competitividade e concorrência. O trabalho passa a ser alvo de dois tipos de redução geradora de carências múltiplas: a de custo com a força de trabalho e a com a ineficácia produtiva. E o resultado dessas reduções gera a expulsão dos incapazes de adaptação e a sub-contratação de trabalho por fora da empresa.

Nessas condições, Castel (1998, p. 30) compreende a questão social como: “aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura”; e Rosanvallon (1998, p. 23), tomando como ponto de partida a mesma matriz teórica, entende-a como “inadaptação dos métodos de gestão do social pelo Estado passivo”. Ambos, no entanto, chamam a atenção para a situação de aleatoriedade do futuro, incertezas e vulnerabilidades vividas pela sociedade salarial moderna que é questionada quanto à função integradora do trabalho. Não é demais lembrar que na sociedade salarial a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada não somente à renda do trabalho, mas ao *status*, proteção e identidade.

Os países que constroem proteções sociais mais sólidas e têm direitos enraizados há mais tempo, e resistem mais às pressões externas, defendem-se melhor dos riscos e sofrem um processo de degradação mais lento. A questão social no Brasil é mais grave em profundidade e extensão, desestabiliza, desorganiza o trabalho, avança para as esferas da sociabilidade, e atinge mais

intensamente grupos e categorias sociais, independentemente de classe social, idade, sexo, e/ou grupo de pertencimento.

Na verdade, a questão social brasileira tem na desigualdade econômica, mas também, como afirma Martins (1997), na cultural, moral, simbólica e política, seu núcleo orgânico. É produto de uma estrutura social inerente ao modo de produção e reprodução vigentes, pelos modelos de desenvolvimento que o país experimentou, a saber: escravista, industrial – desenvolvimentista, fordista-taylorista, e o atual de reorganização flexível.

Entre outros teóricos do Serviço Social, Netto, Iamamoto e Pereira compartilham perspectiva teórica crítica dos projetos societários em disputa, e salientam os desdobramentos sócio-políticos do pauperismo, da pobreza, e das desigualdades sociais acumulados, historicamente, como determinações importantes na designação de questão social, do fenômeno em si, da construção e reconstrução ampliada; reafirmam sua vinculação desde a expressão e supressão à sociedade e sociabilidade burguesa, mas distinta dos desdobramentos dos problemas sociais herdados ou dos traços invariáveis da sociedade humana, e defendem a tese da inexistência de uma nova questão social. Para Pereira (2005), questão social sempre expressou a relação dialética entre estrutura e ação de sujeitos estrategicamente posicionados, mas enfraquecidos atualmente na construção de uma agenda pública, no processo de transformação de necessidades em questões, que ainda não foram suficientemente problematizadas no embate político e transformadas em questão social – “estágio mais avançado, conflituoso e consciente do movimento de reação das classes subalternas à dominação social capitalista” (p. 60). Nesse lastro Questão Social traduz, na verdade, o processo de produção das condições materiais da vida humana sob relações histórico-econômicas de produção específica, e por isso mesmo ela é indissociável do processo de acumulação e dos efeitos produzidos sobre as classes trabalhadoras (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

A conjuntura de mundialização da economia, segundo Wanderley (1997), potencializa e agrava o quadro de desigualdades e complexidade, e renova a questão social.

Coesão e conflito, exclusão e inclusão, riqueza e pobreza, igualdade e desigualdade convivem como marcas da nossa dual sociedade capitalista periférica e tardia.

Mas, adverte igualmente Telles (1996, p. 85), não basta

reconhecer a existência da questão social enquanto realidade bruta da pobreza, da miséria, da vida sem sentido, das carências; é preciso ser problematizada em sua essência no cenário de crise do Estado de bem-estar, da justiça social, do papel do Estado e do sentido da responsabilidade pública. Além do mais, as desigualdades e injustiças sociais produzidas requerem não apenas reconhecimento enquanto questão social, mas, sobretudo, o assumir, por um dos setores da sociedade, o seu enfrentamento. Mesmo porque, a reestruturação flexível da produção vem produzindo, a cada dia, novas fraturas e diferenciações que esvaziam a perspectiva da universalidade dos direitos conquistados, defendidos e declarados na carta política de 1988.

Portanto, a questão social, é construída e reconstruída nos marcos da determinação, da organização da sociedade de referência onde se encontram implicados – a nação, o Estado, a cidadania, o trabalho, o gênero, a infância e adolescência, etc. – devendo ser reconhecida, considerada criticamente, e enfrentada pelos responsáveis.

Manifestações e enfrentamentos da questão social

A desigualdade social, a pobreza e o desemprego como substrato da questão social, precisam ser qualificados e quantificados para possibilitar a construção de estratégias políticas públicas que contribuam à superação daqueles obstáculos estruturais.

O Brasil, segundo Pochmann (2003), detém a terceira pior desigualdade de renda dentre 162 países do mundo. É, inclusive, pior do que a África do Sul do *apartheid*. Dez por cento dos ricos ganham 50 vezes mais do que os 10% mais pobres, que se apropriam de apenas 1% da riqueza socialmente produzida e acumulada; somente 20% da população apresentam renda *per capita* acima de R\$ 540,00 reais e 25% dos brasileiros vivem em condições precárias, sem renda, emprego, acesso à educação, à saúde, acumulando desigualdades não só de renda, mas política, social, cultural, moral e simbólica.

No Nordeste, em 1988, 58,8% da população vivia na pobreza absoluta. Dos 5,5 mil municípios brasileiros, 42% apresentam alto índice de exclusão social e desses, 86% estão no Norte e Nordeste do país. Apenas duzentas cidades desfrutam de um padrão de vida considerado adequado. O índice de desenvolvimento humano

(IDH) médio do Brasil, que é determinado por indicadores de renda, educação e saúde, é 0,739 o que coloca o país na 79ª posição dentre os mesmos 162 países acima referidos. Em contrapartida, somos depois de 2000 a nona economia mundial.

Fatores conjunturais, mas, sobretudo estruturais, são apontados como responsáveis pela concentração de riquezas, salários baixos e juros altos. A solução do problema para alguns se resolveria via estabilidade e crescimento da economia e melhoria da estrutura educacional, que são mecanismos de mercado. De fato, existe correlação entre desigualdade de renda e nível educacional, inclusive provocando lutas sociais, mas o que temos de fato é um sistema tributário desfavorável à redistribuição de renda e uma agenda pública que não prioriza o social nos gastos públicos e nem nas políticas públicas. É urgente e indispensável realizar a redistribuição de renda no país, ampliando os gastos sociais com a população privada do acesso e dos bens e serviços de que precisa para participar de uma humanidade igualitária e/ou emancipada.

Mas, vivemos tempos de perplexidades no qual impera a lógica da exclusão e desenvolve-se a cultura da insensibilidade (proximidade física e distanciamento social): a precarização do trabalho, o desemprego estrutural, a guetização das cidades, as atividades mafiosas, as violências contra crianças, adolescentes, pais, mulheres, idosos, a miserabilidade no espaço público, o esvaziamento simbólico de pressupostos éticos como igualdade, liberdade e justiça social.

Expressões da questão social se manifestam em todos os espaços e tempos sociais e institucionais, conformando uma humanidade de privações e sem direitos – à vida, teto, terra, emprego estável protegido, escolarização, proteção social, alma, identidade – deixando visível e em situação desconfortável os sujeitos estratégicos para o enfrentamento dessas questões – o Estado, o mercado e a sociedade civil organizada.

As respostas dadas pelo Estado às manifestações da questão social são limitadas e não conseguem ultrapassar o viés da emergência, da assistência, do clientelismo, do imediato e do conservadorismo, apesar do avanço legislativo e dos discursos pró-inclusão, pró-redução da pobreza, pró-social.

As propostas de redução das funções do Estado ao mínimo, em termos de política social, as experiências de descentralização

em execução no país, e a transferência de atividades não exclusivas à sociedade civil organizada vêm, em contrário senso, favorecendo a poucos.

Ressalte-se que a reforma da previdência, enquanto solução para problemáticas do mundo do trabalho, da gestão do orçamento público e de eliminação de privilégios tem, igualmente, fragilizado a situação dos trabalhadores empregados, e reforçado o contingente de desprotegidos e vulneráveis. Evidentemente, existem propostas de enfrentamento da questão social nos âmbitos estadual e municipal, sinalizando para a universalização de direitos, mas são ainda pontuais e insuficientes para provocar impactos nos indicadores de pobreza e desigualdade social.

Quanto ao mercado, políticas sociais privadas e/ou empresariais vêm respondendo às demandas emergentes via projetos sociais e da filantropia empresarial. No lugar de fazer a caridade com donativos como forma de isenção ou redução de impostos, hoje, as doações são estruturadas e concebidas na lógica do investimento social ou da mercantilização da caridade e do imposto. A própria empresa desenvolve programas de ação social na área da educação, promoção social, cultura, saúde, meio ambiente, agricultura, ciência e tecnologia, esportes, criança e adolescente. O atual modelo de gestão das empresas – responsabilidade social e planejamento estratégico – requer nível de informação e avaliação que permita julgar e melhorar aspectos sociais relacionados ao macro e micro ambientes de seus trabalhadores e familiares, no entorno da fábrica.

A empresa do século XXI, ainda que com menores contingentes de trabalho vivo, não responde mais ao capital e trabalho defendendo a qualidade, o serviço, o preço, o padrão mundial e o marketing inteligente como diferenciais na competição. A essas vantagens agrega políticas dirigidas às corporações e seus executivos para atrair o consumidor de seus produtos e serviços, concede gratificações aos funcionários e reforça a imagem da empresa. O setor de recursos humanos assume centralidade no modelo, desenvolvendo ações de treinamento e capacitação, envolvendo funcionários, proporcionando bem-estar e satisfação no trabalho para uma vida de qualidade, articulando gestão e planejamento, desempenho e recompensa.

A sociedade civil organizada amplia suas atividades e responsabilidades frente às demandas, necessidades sociais

(desemprego, tráfico de drogas, trabalho infantil, criminalidade, analfabetismo funcional, fome, doenças), mas de forma pulverizada e por meio de diversas organizações – movimentos sociais, entidades profissionais, setores das igrejas, partidos, sindicatos, organizações não governamentais, organizações sociais – que atuam isoladas ou em parcerias e redes com organizações governamentais brasileiras e estrangeiras.

As manifestações da questão social, em cada momento histórico, assumem determinados contornos, mas se renovam, se ampliam e se tornam mais e mais complexas, com novas contradições que remetem, em última instância, a problemáticas particulares e desafiantes para o seu enfrentamento pela via exclusiva do acesso a benefícios vinculados à inserção produtiva no mercado de trabalho.

As desigualdades sociais, econômicas, culturais, morais e simbólicas contemporâneas requerem que o Estado assuma sua função social e o desafio de superar as estratégias encaminhadas pelo capital para processar a acumulação.

Aos assistentes sociais compete construir respostas apoiadas em investigações e pesquisas realizadas sobre sua prática e realidade cotidiana, cujos produtos alimentem e dêem consistência ao debate disciplinar e interdisciplinar. Urge resgatar as diferenças de percepção e auto-representação dos assistentes sociais que lidam com a questão social e trabalham no cotidiano dos usuários, sem perder de vista as interfaces do global com o local e vice-versa, para trabalhar pela inversão qualificada dessas situações. Buscar apoios e incentivos nas políticas do Estado é necessário para na mediação avançar a intenção de ruptura para além do imediato. Seja: “combater os territórios de desigualdade social e de exclusão social, desenvolvendo um processo de retorno aos direitos sociais e à justiça social, objetivos últimos do Serviço Social”; ou, como afirma Dominelli, trazer os assistentes sociais para a arena política nos domínios nacional e internacional (2004, p. 33) para que possam influir na construção de outra ordem democrática e igualitária alimentadas pela inteligência e vontade coletiva.

Expressões da questão social no Recife

A desigualdade social, a pobreza e o desemprego como substrato da questão social, precisam ser qualificados e

quantificados para possibilitar a construção de estratégias políticas públicas que contribuam à superação daqueles obstáculos estruturais. Mas devem ser qualificadas e quantificadas levando em conta a realidade social seja ela local, regional e, ou nacional.

O Brasil, segundo Pochmann (2003), detém a terceira pior desigualdade de renda dentre 162 países do mundo. É, inclusive, pior do que a África do Sul do *apartheid*. Dez por cento dos ricos ganham 50 vezes mais do que os 10% mais pobres, que se apropriam de apenas 1% da riqueza socialmente produzida e acumulada; somente 20% da população apresentam renda *per capita* acima de R\$ 540,00 reais e 25% dos brasileiros vivem em condições precárias, sem renda, emprego, acesso à educação, à saúde, acumulando desigualdades não só de renda, mas política, social, cultural, moral e simbólica.

No Nordeste, em 1988, 58,8% da população vivia na pobreza absoluta. Dos 5,5 mil municípios brasileiros, 42% apresentam alto índice de exclusão social e desses, 86% estão no Norte e Nordeste do país. Apenas duzentas cidades desfrutam de um padrão de vida considerado adequado. O índice de desenvolvimento humano (IDH) médio do Brasil, que é determinado por indicadores de renda, educação e saúde, é 0,739, o que coloca o país na 79ª posição dentre os mesmos 162 países acima referidos. Em contrapartida, somos depois de 2000 a nona economia mundial.

Recife, antiga e importante cidade do nordeste brasileiro, vêm sendo, ao longo do tempo, espaço privilegiado das expressões da questão social. Apesar de apresentar um cenário social e econômico que a coloca nos primeiros lugares negativos em termos de desigualdade, pobreza, desemprego, violência, dentre outras.

Fatores conjunturais, mas, sobretudo estruturais, são apontados como responsáveis pela concentração de riquezas, salários baixos e juros altos. A solução do problema para alguns se resolveria via estabilidade e crescimento da economia e melhoria da estrutura educacional, que são mecanismos de mercado. De fato, existe correlação entre desigualdade de renda e nível educacional, inclusive provocando lutas sociais, mas o que temos de fato é um sistema tributário desfavorável à redistribuição de renda e uma agenda pública que não prioriza o social nos gastos públicos e nem nas políticas públicas. É urgente e indispensável realizar a redistribuição de renda no país, ampliando os gastos sociais com a população privada do acesso e dos bens e serviços de

que precisa para participar de uma humanidade igualitária e/ou emancipada.

Mas, vivemos tempos de perplexidades no qual impera a lógica da exclusão e desenvolve-se a cultura da insensibilidade (proximidade física e distanciamento social): a precarização do trabalho, o desemprego estrutural, a guetização das cidades, as atividades mafiosas, as violências contra crianças, adolescentes, pais, mulheres, idosos, a miserabilidade no espaço público, o esvaziamento simbólico de pressupostos éticos como igualdade, liberdade e justiça social.

Expressões da questão social se manifestam em todos os espaços e tempos sociais e institucionais, conformando uma humanidade de privações e sem direitos – à vida, teto, terra, emprego estável protegido, escolarização, proteção social, alma, identidade – deixando visível e em situação desconfortável os sujeitos estratégicos para o enfrentamento dessas questões - o Estado, o mercado e a sociedade civil organizada.

As respostas dadas pelo Estado às manifestações da questão social são limitadas e não conseguem ultrapassar o viés da emergência, da assistência, do clientelismo, do imediato e do conservadorismo, apesar do avanço legislativo e dos discursos pró-inclusão, pró-redução da pobreza, pró-social.

As propostas de redução das funções do Estado ao mínimo, em termos de política social, as experiências de descentralização em execução no país, e a transferência de atividades não exclusivas à sociedade civil organizada vêm, em contrário senso, favorecendo a poucos.

Ressalte-se que a reforma da previdência, enquanto solução para problemáticas do mundo do trabalho, da gestão do orçamento público e de eliminação de privilégios tem, igualmente fragilizado a situação dos trabalhadores empregados, e reforçado o contingente de desprotegidos e vulneráveis. Evidentemente, existem propostas de enfrentamento da questão social nos âmbitos estadual e municipal, sinalizando para a universalização de direitos, mas são ainda pontuais e insuficientes para provocar impactos nos indicadores de pobreza e desigualdade social.

Quanto ao mercado, políticas sociais privadas e/ou empresariais vêm respondendo às demandas emergentes via projetos sociais e da filantropia empresarial. No lugar de fazer a caridade com donativos como forma de isenção ou redução de

impostos, hoje, as doações são estruturadas e concebidas na lógica do investimento social ou da mercantilização da caridade e do imposto. A própria empresa desenvolve programas de ação social na área da educação, promoção social, cultura, saúde, meio ambiente, agricultura, ciência e tecnologia, esportes, criança e adolescente. O atual modelo de gestão das empresas – responsabilidade social e planejamento estratégico – requer nível de informação e avaliação que permita julgar e melhorar aspectos sociais relacionados ao macro e micro ambientes de seus trabalhadores e familiares, no entorno da fábrica.

A empresa do século XXI, ainda que com menores contingentes de trabalho vivo, não responde mais ao capital e trabalho defendendo a qualidade, o serviço, o preço, o padrão mundial e o marketing inteligente como diferenciais na competição. A essas vantagens agrega políticas dirigidas às corporações e seus executivos para atrair o consumidor de seus produtos e serviços, concede gratificações aos funcionários e reforça a imagem da empresa. O setor de recursos humanos assume centralidade no modelo, desenvolvendo ações de treinamento e capacitação, envolvendo funcionários, proporcionando bem-estar e satisfação no trabalho para uma vida de qualidade, articulando gestão e planejamento, desempenho e recompensa.

A sociedade civil organizada amplia suas atividades e responsabilidades frente às demandas, necessidades sociais (desemprego, tráfico de drogas, trabalho infantil, criminalidade, analfabetismo funcional, fome, doenças), mas de forma pulverizada e por meio de diversas organizações – movimentos sociais, entidades profissionais, setores das igrejas, partidos, sindicatos, organizações não governamentais, organizações sociais – que atuam isoladas ou em parcerias e redes com organizações governamentais brasileiras e estrangeiras.

As manifestações da questão social, em cada momento histórico, assumem determinados contornos, mas se renovam se ampliam e se tornam mais e mais complexas, com novas contradições que remetem, em última instância, a problemáticas particulares e desafiantes para o seu enfrentamento pela via exclusiva do acesso a benefícios vinculados à inserção produtiva no mercado de trabalho.

As desigualdades sociais, econômicas, culturais, morais e

simbólicas contemporâneas requerem que o Estado assuma sua função social e o desafio de superar as estratégias encaminhadas pelo capital para processar a acumulação.

Aos assistentes sociais compete construir respostas apoiadas em investigações e pesquisas realizadas sobre sua prática e realidade cotidiana, cujos produtos alimentem e dêem consistência ao debate disciplinar e interdisciplinar. Urge resgatar as diferenças de percepção e auto-representação dos assistentes sociais que lidam com a questão social e trabalham no cotidiano dos usuários, sem perder de vista as interfaces do global com o local e vice-versa, para trabalhar pela inversão qualificada dessas situações.

Buscar apoios e incentivos nas políticas do Estado é necessário para na mediação avançar a intenção de ruptura para além do imediato. Seja: "combater os territórios de desigualdade social e de exclusão social, desenvolvendo um processo de retorno aos direitos sociais e à justiça social, objetivos últimos do Serviço Social"; ou, como afirma Dominelli, trazer os assistentes sociais para a arena política nos domínios nacional e internacional (2004, p. 33) para que possam influir na construção de outra ordem democrática e igualitária alimentadas pela inteligência e vontade coletiva.

ARCOVERDE, A. C. B. Social Service and Social Subject in Globalization. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 17, n. 1, p. 109-132, 2008.

- *ABSTRACT: The work discusses how the Brazilian social subject is being revealed in an adverse context – the one of the globalization. It enhances the analytical qualification demanded by the complexity and heterogeneity of situations that the sceneries put – and the social subject assumes – and the answers offered by the Social Service, that is: mediating needs and heterogeneous interests of those excluded from the bourgeois citizenship, defending and contributing to its organization. The inherent ambiguity to the profession here referred as employed work, disputed by services by the workers is a component of difficulty. The knowledge of those multiple dimensions challenges the intervention as a social answer mediated through institutions that formulate and execute public politics. The expressions of the social subject, in each space and historical moment, assume certain outlines, but they rejuvenate, enlarge and turn more complex, with new contradictions that send, ultimately, to private and defiant problems for its facing through the exclusive way of access to benefits linked to the productive insertion in the labor market. We understand Social Subject as reflexive*

synthesis of the deepening of the social inequalities, accumulated and obvious in the Brazilian spaces that it is expressed in the most varied poverty forms, misery, unemployment and social exclusion, inequality of income, absolute poverty, social exclusion, privations and absence of rights.

- **KEYWORDS:** *Digital Inclusion; Information Technologies; Craniofacial Anomaly; Hearing loss.*

Referências

ARCOVERDE, A. C. B. *Une alternative à l' exclusion sociale? Unités productives communautaires à Recife (1979/1985)*. Tese de doutorado, Paris, Université Paris III, 1991.

_____. Questão Social no Brasil e o Serviço Social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social, 1.4. Brasília/DF: CEAD, UnB, v. 2, 1999, p.75-86.

_____. Manifestações da questão social no Brasil. In: *Violência, Exclusão social e desenvolvimento humano*. Estudos em Representações Sociais. Brasília/DF: Ed. da UnB, 2006, p. 27.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERQUEIRA F. G. *A questão social no Brasil*. Crítica do discurso político. Retratos do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

DOMINELLI, L. *Social Work: Theory and Practice for a Changing Profession*. Cambridge: Polity Press, 2004.

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? In: *Serviço Social e Sociedade*, 84. São Paulo: Cortez, 2005, p. 21-36.

_____. *La Nouvelle Question Sociale*. In: *Serviço Social e Sociedade*, 54. São Paulo: Cortez, 1997, p. 173-5.

_____. Serviço Social. Questões Presentes para o Futuro. In: *Serviço Social e Sociedade*, 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 9-39.

HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914 - 1991*. São Paulo Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. *A questão social no capitalismo*. In: *Temporalis*. 2. ed. Ano 2, n.3 (jan./Jul. 2001). Brasília/DF: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004, p. 9-32.

IANNI, O. *A questão social*, In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 5, n.1. São Paulo: SEADE, 1991.

KAMEYAMA, N. Da filantropia à Política social empresarial. In: *Anais do VI ENPESS*, 1998, p.99.

MARTINS, J. S. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez. (Coleção questões da nossa época, 20), 1993.

_____. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. In: *Serviço Social e Sociedade*, 84. São Paulo: Cortez, 2005, p. 5-20.

_____. Cinco Notas à propósito da Questão Social. In: *Temporalis*. 2. ed. Ano 2, n.3 (jan./Jul. 2001). Brasília/DF: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004, p.41-50.

PEREIRA, P. A. P. Questão Social, Serviço Social, e Direitos de Cidadania. In: *Temporalis*. 2. ed. Ano 2, n.3 (jan./Jul. 2001). Brasília/DF: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004, p. 51-62.

POCHMANN, M. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

ROSANVALLON, P. *A Nova Questão Social: repensar o Estado* Providência. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOARES, L. T. R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

TELLES, V. S. *Questão Social: Afinal do que se trata?* São Paulo em Perspectiva, 10 (4), São Paulo: SEAD, 1996.

WALLERSTEIN, I. *A reestruturação capitalista e o sistema-mundo*, in: *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Pablo Gentili (Org.). Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 223-251.

WANDERLEY, L. E. W. A. (1997). *Questão Social no Contexto da Globalização: O caso latino-americano e caribenho*. Em: M. B. Wanderley, L. Bógus & M. C. Yazbek (Orgs.). *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo: EDUC, 1997, p. 140-160.

Artigo recebido em 07/2008. Aprovado em 08/2008.

